

O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ACESSIBILIDADE CULTURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E SUAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

*Patricia Silva Dornelles**

*Claudia Reinoso Araujo de Carvalho***

*Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro****

RESUMO

O Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC), criado em 2013 pelo Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ em parceria com o Ministério da Cultura, é uma iniciativa pioneira de formação *lato sensu* na temática. O objetivo deste artigo é apresentar o CEAC e suas contribuições para o fortalecimento de uma política que reflita e articule a Acessibilidade Cultural para as pessoas com deficiência. Por meio de um relato de experiência, antecedido por uma breve contextualização política sobre o tema, foram discutidos os aspectos inerentes ao curso: indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; a formação de uma rede de articulação, fomento e formação em acessibilidade cultural e a produção científica decorrente do CEAC. Constatou-se que em suas duas edições ele teve um papel estratégico na visibilidade da questão e na luta das pessoas com deficiência pela garantia de acesso à fruição cultural, tal como preconizado pelas políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas culturais. Pessoas com deficiência. Acessibilidade Cultural. Formação profissional.

ABSTRACT

The Specialization Course on Cultural Accessibility (CEAC), created in 2013 by the Department of Occupational Therapy of UFRJ in association with the Ministry of Culture, is a pioneering initiative of *lato sensu* training on the subject. The goal of this article is to present the CEAC and its contributions to the applicability of a policy that reflects and articulates cultural accessibility for people with disabilities. Through an experience report, preceded by a brief political contextualization on the subject, the aspects inherent to the course were discussed: Inseparability among research,

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta III do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. Superintendente de Difusão Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. E-mail: patricia.dorneles.ufrj@gmail.com

** Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ. Vice-Coordenadora do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural da UFRJ. E-mail: claudiareinoso73@gmail.com

*** Doutora em Ciências (Geologia) pela UFRJ. Museóloga da UFRJ. Vice-Diretora do Museu da Geodiversidade (MGeo/IGEO/UFRJ). E-mail: aline@geologia.ufrj.br

teaching and extension; formation of an articulation's network, promotion and training in cultural accessibility and the scientific production resulting from CEAC. It was found that in its two editions, it played a strategic role in the visibility of the issue and in the struggle of people with disabilities for the guarantee of access to cultural fruition, as advocated by public policies.

Keywords: Cultural policies. People with disabilities. Cultural accessibility. Professional qualification.

RESUMEN

El Curso de Especialización en Accesibilidad Cultural (CEAC), creado en 2013 por el Departamento de Terapia Ocupacional de la UFRJ en asociación con el Ministerio de Cultura, es una iniciativa pionera de formación *lato sensu* en la temática. El objetivo del artículo fue presentar el CEAC y sus contribuciones para el fortalecimiento de una política que refleje y articule la Accesibilidad Cultural para las personas con discapacidad. A través de un relato de experiencia, precedidos por una breve contextualización política sobre el tema, se discutieron los aspectos inherentes al curso: indisociabilidad entre investigación, enseñanza y extensión; La formación de una red de articulación, fomento y formación en Accesibilidad Cultural y la producción científica resultante del CEAC. Se constató que, a lo largo de sus dos ediciones, el curso de especialización tuvo un papel estratégico en la visibilidad de la cuestión y en la lucha de los discapacitados por la garantía de acceso a la fruición cultural, tal como preconizado por las políticas públicas.

Palabras clave: Políticas culturales. Personas con discapacidad. Accesibilidad cultural. Formación profesional.

Introdução

O Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é até o momento a única experiência de formação sobre o tema no país e na América Latina, em nível *lato sensu*. No Brasil ainda há poucas experiências de ações, programas e políticas culturais de acessibilidade, principalmente no que diz respeito ao direito à fruição estética. As poucas iniciativas existentes no País se encontram em instituições culturais mistas e privadas, e têm se caracterizado, na sua grande maioria, como atividades eventuais, muitas vezes oferecidas com limitação de horário, acervo e linguagem de mediação, direcionando-se apenas a um tipo de público formado por pessoas com deficiência, o que reduz a possibilidade de convivência da diversidade na mesma proposta cultural.

A Acessibilidade Cultural é um campo em construção, complexo e interdisciplinar, assim como as deficiências em si. O domínio das tecnologias para

a aplicabilidade da Acessibilidade Cultural encontra-se centrado na iniciativa privada, que garante um mercado e uma sustentabilidade do mesmo, a partir de consultorias, prestações de serviços e formação. As universidades públicas brasileiras ainda estão longe do tema e faz-se urgente a constituição de um campo. As poucas iniciativas de formação e pesquisa nas universidades parecem partir de ações isoladas e solitárias de alguns professores e técnicos e na sua grande maioria se direcionam para uma única linguagem de mediação, um único formato de comunicação acessível específico para um tipo de deficiência. Ainda encontramos dificuldade na construção de um olhar mais universal para o direito, a produção e o consumo cultural da pessoa com deficiência.

A proposta do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC) surgiu em 2010, inspirada nas demandas e nas necessidades de capacitação e formação em Acessibilidade Cultural

que foram identificadas através das ações e das diretrizes da oficina “Nada Sobre nós Sem nós”, que foi realizada no ano de 2008 na cidade do Rio de Janeiro, promovida pela antiga Secretaria de Identidade e Diversidade (SID) do Ministério da Cultura e pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). Entre os objetivos da oficina estavam o de escutar, conhecer e sistematizar as experiências na interface entre as políticas e a produção estética, artística e cultural para e das pessoas com deficiência e o de construir, a partir de grupos de trabalho, ações e diretrizes nas áreas do fomento, patrimônio, difusão e da acessibilidade como orientadoras para uma política pública cultural para pessoas com deficiência. Como resultados da oficina destacam-se a ampliação e o fortalecimento do debate sobre o tema e o direito da cidadania cultural da pessoa com deficiência nas conferências municipais, estaduais e nacional de cultura. A proposta do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural atende a meta 1.2 da diretriz 1 de Acessibilidade Cultural proposta na referida oficina (AMARANTE; LIMA, 2009).

A partir da mobilização advinda da Oficina “Nada Sobre nós sem nós”, o currículo do curso foi idealizado e elaborado por um grupo de colaboradores em conjunto com professores do curso Terapia Ocupacional da UFRJ relacionados à temática. As atividades com a primeira turma se iniciaram no ano de 2013 e às da segunda turma em 2015.

A proposta do CEAC foi fundamentada na busca de soluções necessárias para uma cultura democrática e inclusiva e na formação de agentes multiplicadores das soluções encontradas. Entre os objetivos destacam-se: a) formar especialistas em Acessibilidade Cultural para atuar no campo das políticas culturais, orientando e implementando conteúdos, ferramentas e tecnologias de acessibilidade que proporcionem fruição estética, artística e cultural para todas as condições humanas a partir do enfoque da deficiência; b) oferecer capacitação em Acessibilidade Cultural a partir de uma grade de conteúdos que proporcione conhecimento desde a gestão em políticas culturais, bem como conhecimento sobre as deficiências, legislação e tecnologias de fruição para a Acessibilidade Cultural de pessoas com deficiência; c) possibilitar a formação e certificação que proporcione atuação profissional no campo das políticas culturais, auxiliando e orien-

tando a implementação de Acessibilidade Cultural para todas as linguagens estéticas e artísticas; d) sensibilizar, a partir da formação, gestores culturais para a implementação de ações culturais inclusivas no campo da fruição estética e da participação da pessoa com deficiência nas políticas e programações de atividades culturais; e) estimular o debate e a aplicabilidade da legislação no campo dos direitos humanos, das políticas culturais e da deficiência.

O CEAC embasa-se fortemente na legislação pertinente ao campo dos direitos sociais, culturais e aos direitos da pessoa com deficiência. Os princípios estabelecidos no Art. 215 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999) versam sobre as garantias ao pleno exercício dos direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e ao apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais. O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), regulamentou as Leis Federais de nºs 10.098 e 10.048 e garantiu a prioridade de atendimento às pessoas com deficiências, além de estabelecer as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

O Decreto Legislativo nº 186, de 10 de julho de 2008, (BRASIL, 2008) e o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009a), ratificaram os princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência assinados em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O propósito desta Convenção foi promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as pessoas com deficiência. Particularmente relevante é o artigo 30 da Assembleia Geral da ONU de 2007, que dispõe sobre a participação das pessoas com deficiência na vida cultural de suas comunidades em base de equiparação de oportunidades com as demais pessoas e solicita aos Estados Partes que tomem todas as medidas necessárias nesta direção, tais como a produção de materiais culturais em formatos acessíveis. O referido artigo, em sua alínea 2, expressa ainda a importância dos Estados Partes executarem “medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo,

artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007). Cabe ainda ressaltar o disposto no Decreto Federal nº 5.761/2006 (BRASIL, 2006), que contribui em prol da implementação do Plano Nacional de Cultura, e a Portaria nº 29 do Ministério da Cultura (MinC), de 21 de maio de 2009 (BRASIL, 2009b), que fomenta prêmios a iniciativas culturais, entre as quais se destacam as que incluem pessoas com deficiências.

A implementação do Curso de Especialização tem possibilitado o fortalecimento do compromisso do MinC com as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Ao apoiar a iniciativa de formação da UFRJ, o MinC cumpre o item 2.9 do Sistema Nacional de Cultura, que aponta para a implementação de Política Nacional de Formação na área da cultura. Ao instituir a Rede de Articulação, Fomento e Formação, comentada a seguir, observa-se que o curso se insere no item 2.9.2 do Sistema Nacional de Cultura, que pauta a Criação da Rede de Instituições de Formação na área da cultura, e no item 2.9.3, Implementação de Programa de Formação na área da cultura.

Destaca-se ainda que a iniciativa do curso de especialização atende às metas 35 e 36 do Plano Nacional de Cultura. A meta 35 aponta para o desafio de capacitação de gestores em 100% das instituições culturais. A meta 36 destaca a capacitação de gestores de cultura e conselheiros em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes.

Cabe destacar que as diferentes ações formativas que surgem a partir da especialização têm proporcionado aos atores capacitados multiplicarem suas ações de Acessibilidade Cultural. Desta forma, atuam em prol de várias metas do Plano Nacional de Cultura, para além da meta 29, que nos desafia a atingir 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. Entre as outras metas, destacam-se a

meta 28, que aponta para o aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, e a meta 34, que diz a necessidade de ampliar para 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados (BRASIL, 2011).

Cabe ainda destacar aqui a participação dos discentes da primeira turma na qualificação e inclusão da pauta da Acessibilidade Cultural na III Conferência Nacional de Cultura (CNC). Na realização do I Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC), promovido no âmbito da disciplina de política e diversidade cultural, que foi realizado junto com o III Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais (SENAC), promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na cidade do Rio de Janeiro em maio de 2013, realizamos também como atividade inaugural da primeira turma da especialização a Conferência Livre de Acessibilidade Cultural. Os discentes mobilizados resgataram alguns pontos do resultado da Oficina “Nada sobre nós sem nós”, já citada, bem como as demandas apresentadas nos eventos acima e apresentaram um documento com 90 propostas que foram incorporadas ao documento de avaliação da III CNC. A iniciativa gerou a mobilização e a participação dos discentes em conferências municipais e estaduais, chegando a termos oito discentes delegados em suas regiões e duas participações de discentes como delegados nacionais na III CNC. Em parceria com outros representantes da pauta, aprovamos a proposta 3.18¹ como prioritária do

1 “Proposta 3.18 - Por meio de capacitação e qualificação de recursos, implementar políticas de acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária e /ou mobilidade reduzida, à produção, circulação e fruição de bens e serviços culturais ao: disponibilizar os sistemas de acesso aos mecanismos públicos de fomento em formato conforme o conceito de acesso universal à informação (entendendo que a LIBRAS não é uma modalidade comunicativa de acesso à Língua Portuguesa); garantir a presença dos itens que contemplem os recursos de tecnologia assistiva e/ou ajudas técnicas nos editais de acesso aos mecanismos de fomento; produzir conteúdo em formatos acessíveis através da comunicação ampliada e alternativa (CAA) para atender aqueles que têm necessidades informacionais específicas além da interpretação para a LIBRAS a fim de atender a especificidade linguística dos surdos, acerca do patrimônio cultural material e imaterial, conforme todas as níveis de ensino: fundamental, médio, superior e educação de jovens e adultos (EJA) e as características regionais; promover a capacitação para a Plena Acessibilidade Cultural e Artística dos agentes culturais, movimentos sociais e entidades culturais públicas e privadas, atuantes na área de educação e cultura; promover a capacitação dos mediadores, gestores, técnicos e avaliadores dos

eixo IV Direitos Humanos e Cultura.

Além de apresentar o Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural (CEAC), no que se refere a suas contribuições no fortalecimento da política de Acessibilidade Cultural para as pessoas com deficiência, o objetivo deste artigo é descrever as ações de ensino, pesquisa e extensão inerentes ao curso; a formação de uma rede de articulação, fomento e formação em Acessibilidade Cultural; e a produção científica decorrente do CEAC.

MÉTODO

Este artigo foi concebido no formato de relato de experiência das autoras na coordenação e execução do referido curso de especialização. O relato de experiência é aqui entendido como uma modalidade de pesquisa cujo texto busca delinear uma experiência já realizada e documentada, com detalhes de todo o desenvolvimento e com reflexões do autor (FILOS et al, 2012).

As informações foram categorizadas em torno dos seguintes eixos, que serviram de base para a discussão: indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; rede de articulação fomento e formação em Acessibilidade Cultural; e a produção técnico-científica decorrente do curso de especialização. A escolha das referidas categorias analíticas deu-se com base na identificação dos aspectos mais relevantes da experiência segundo as concepções das autoras.

Na categoria “indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão” foram abordados aspectos inerentes à estrutura curricular do curso, às atividades de extensão a ele relacionadas, bem como à metodologia utilizadas nas pesquisas em Acessibilidade Cultural realizadas no âmbito do curso de especialização. Em “articulação fomento e formação em Acessibilidade Cultural” foram discutidas e

analisadas as parcerias desenvolvidas ao longo das duas edições do curso, bem como ao longo de sua idealização e as perspectivas de ações futuras na área em decorrência de tais parcerias. Finalmente, na categoria “produção técnico-científica” foi apresentado o perfil da produção científica produzida pelos estudantes das duas turmas realizadas.

A especialização e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência é por nós entendida no âmbito da cidadania cultural. Esta deve incluir a fruição estética, e consideramos urgente que as tecnologias para a realização de tal fruição sejam socializadas, divulgadas e fomentadas. Nesta perspectiva, as 60 vagas para cada edição do curso foram ofertadas com distribuição territorial para gestores públicos, professores universitários, organizações do terceiro setor e Pontos de Cultura, técnicos e funcionários do Ministério da Cultura e da UFRJ. Esta distribuição e caracterização das vagas foram idealizadas na perspectiva de formarmos multiplicadores da pauta capazes de articular localmente a difusão da temática e das diferentes formas de tecnologias e mediações que auxiliam no fomento da cidadania cultural da pessoa com deficiência. O recorte das vagas por categorias e distribuição regional proporcionaram que a constituição das turmas fosse pautada na diversidade, que se expressasse em múltiplos sotaques e referências culturais e na heterogeneidade de formação e área de atuação dos discentes e de seus contextos socioculturais. Consideramos que este ambiente diverso proporcionou grande intercâmbio entre os alunos, qualificou a formação e tem possibilitado um trabalho contínuo entre eles no formato de redes de colaboração.

Consideramos a proposta da formação em Acessibilidade Cultural da UFRJ como uma formação acadêmico/política e de ação cultural e nos identificamos com a concepção de Freire (1981) para quem ação cultural é ação política, isto é, ação coletiva e engajada para a libertação. Assim, ela se caracteriza pelo “diálogo libertador, que promove conhecimento e práxis, comunhão de sujeitos participantes da transformação da realidade” (FREIRE, 1981, p. 85).

editais públicos tendo como condição *sine qua non* a participação da pessoa com deficiência para a validação do processo. Garantir o fomento, circulação e manutenção de artistas e coletivos com deficiência em acordo com as resoluções da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para pessoas com deficiência gravada na Nota Técnica 001/2009 da SID/MINC; Criar e apoiar programas, projetos e ações de acessibilidade e produção cultural nas suas dimensões arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, tecnológica e atitudinal para o público, bem como para os agentes culturais, grupos coletivos e artistas que incluam pessoas com e sem deficiência.” (BRASIL, 2013).

Na perspectiva do curso, cada aluno deve tornar-se um multiplicador de conhecimento e um ator político-social de promoção da política pública de Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência. Nas duas edições do curso desenvolvemos uma metodologia da implicação, que se caracteriza no compromisso político e aplicabilidade do conhecimento adquirido, difusão e mobilização, ação e reflexão da prática, implementação de metodologias ativas capazes de construir programas de sensibilização e políticas de institucionalização para a pauta. Entre os dispositivos na perspectiva da prática de ensino destacamos as atividades das disciplinas de Exposição Acessível e o Trabalho de Conclusão de Curso.

A formação tem sido desenvolvida em nove módulos, perfazendo um total de 360 horas de curso. A matriz curricular do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural foi composta por 12 disciplinas. Destas, 3 são práticas, 4 são teóricas, 3 são teórico-práticas e 02 são de orientação em pesquisa. A seguir essas disciplinas serão apresentadas com maior detalhe.

Política e Diversidade Cultural – disciplina com 45 horas que incluiu a apresentação e discussão das políticas públicas em Acessibilidade Cultural, apresentação e debate de casos e de projetos de Acessibilidade Cultural em diferentes instituições culturais, nacionais e internacionais. Teve por objetivo provocar o debate e a reflexão sobre política e diversidade cultural e o campo da Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência a partir das políticas culturais públicas, dos movimentos sociais e organização da sociedade civil que atuam no campo da Acessibilidade Cultural nas diferentes linguagens estéticas, artísticas e culturais, do papel da universidade na formação em acessibilidade e nas experiências de gestão e ações culturais. No âmbito desta disciplina foram realizados o I e o II Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural (ENAC), caracterizado como uma atividade extensionista em nível de evento;

Aspectos Gerais das Deficiências – com carga de 45 horas, teve como proposta as vivências, reflexões e disseminação das informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência, focando, sempre, a questão da deficiência sob a ótica da

diversidade, da acessibilidade na comunicação, da não discriminação e dos direitos humanos;

Tecnologia Assistiva I – com carga de 30 horas, abordou os aspectos teóricos sobre os diferentes recursos de Tecnologia Assistiva usados por pessoas com deficiências, incapacidades ou mobilidade reduzida, refletindo sobre sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social no espaço urbano.

Tecnologia Assistiva II – com carga de 15 horas, deu continuidade à disciplina Tecnologia Assistiva I, objetivando a elaboração de material de Comunicação Alternativa para atividade cultural acessível com o uso de pranchas de comunicação, *smartphones*, *tablets* e computadores;

Audiodescrição I – com 30 horas/aula, teve como objetivo capacitar os alunos para a execução de atividades de audiodescrição, recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam frequentar, assistir e compreender filmes, programas de televisão, peças de teatro, espetáculos de dança, dentre outras manifestações culturais.

Audiodescrição II – com 15 horas/aula, teve por objetivo propiciar a acessibilidade de obras visuais e audiovisuais de exposição do Museu da República, no caso da primeira edição, e do Museu da Geodiversidade (MGeo), no caso da segunda edição do curso.

Exposição Acessível I e Exposição Acessível II – ambas com carga horária de 30 horas, foram disciplinas que visaram a elaboração de pré-projeto de montagem de exposição acessível, tendo como ponto de partida a exposição permanente do MGeo/UFRJ. As duas disciplinas tiveram como objetivo construir um pré-projeto de acessibilidade, bem como tornar acessível os acervos do Museu da República e do MGeo, como forma de aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo do curso, através das outras disciplinas cursadas. A disciplina, em uma das suas tarefas pedagógicas de adaptação do acervo, possibilitou a sistematização de todo o conhecimento adquirido nas outras disciplinas e, ao adaptar um acervo específico, propiciou a organização de um projeto único com todas as possibilidades de desenvolvimento de mediações de acessibilidade aprendidos. Nas duas experiências da especialização aplicamos a pro-

posta do museu-escola. O museu-escola é aquele que acolhe a especialização e disponibiliza o seu acervo como objeto de estudo para a aplicabilidade de programas, projetos e ações de acessibilidade. Cria-se entre o museu-escola e a formação da especialização uma relação de ensino de forma orgânica e generosa, onde teoria e prática dialogam no exercício de aprendizagem por todo o período do curso. Ao final da formação, a partir da disciplina de exposição acessível, a turma entrega à direção do museu-escola uma proposta de acessibilidade, além de diferentes recursos desenvolvidos em outras disciplinas que podem auxiliar a implementação de um programa de acessibilidade para aquele museu. A primeira turma do curso de especialização debruçou-se sobre o acervo do Museu da República. A segunda, sobre o MGeo da UFRJ.

Seminário de Projeto I e Seminário de Projeto II – ambas com carga de 30 horas, objetivaram o desenvolvimento de projeto final da especialização por meio da orientação, desenvolvimento e apresentação do trabalho final do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também foi outro dispositivo da metodologia da implicação, como já citado. O objetivo deste exercício pedagógico propiciou que cada aluno tivesse como compromisso elaborar um projeto de Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência para sua instituição. Esta proposta metodológica permitiu ao discente analisar e refletir sobre a política de acessibilidade de sua instituição de origem e propor estratégias de implementação de programas, projetos e ou ações de promoção da cidadania e democratização cultural para pessoas com deficiência.

Sensibilização em Libras – com carga horária de 30 horas, teve o objetivo de familiarizar o aluno do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural com os conhecimentos básicos de Libras, buscando oportunizar aos estudantes a formação diferenciada na área da Linguística através das fundamentações teóricas. A disciplina discutiu a visão antropológica *versus* a visão patológica da surdez, para ambientar uma introdução linguística da Língua Brasileira de Sinais.

Braille e outros recursos – disciplina com carga horária de 30 horas, teve como proposta o estudo e experimentação de diferentes recursos e linguagens

acessíveis visando proporcionar conhecimento a respeito do sistema de escrita e leitura Braille; compreender o processo histórico do Sistema Braille; descrever aspectos relacionados à produção de materiais em Braille; utilizar o alfabeto Braille para transcrição e leitura de textos; e promover a inclusão e acessibilidade aos bens culturais por meio das informações acerca do Sistema Braille.

Visando apostar na atuação do terapeuta ocupacional na gestão dos espaços e das instituições culturais formais e não formais e tendo como perspectiva desenvolver políticas, programas, projetos e ações culturais que proporcionem a receptividade e a acessibilidade, criou-se também no âmbito da segunda turma do Curso de Especialização a primeira Residência Cultural em Acessibilidade Cultural, com carga horária de 60 horas semanais e o objetivo de difundir e potencializar uma aproximação dos terapeutas ocupacionais junto às políticas culturais, articulando uma perspectiva de formação e identidade de atuação na área (FERREIRA et al, 2016).

Duas residentes foram inseridas nos museus da Geodiversidade da UFRJ e uma no Planetário da UFRGS, em uma parceria com a equipe do educativo desta instituição, visando identificar as possibilidades de atuação da profissão nesses espaços culturais. A segunda edição do curso de especialização desenvolveu parceria com a UFRGS, tornando o projeto interinstitucional e qualificando a parceria na construção da rede de formação.

O trabalho das residentes culturais consistiu, principalmente, em um levantamento das necessidades desses dois ambientes culturais e na implementação de recursos de acessibilidade. Nesse sentido, algumas das propostas realizadas foram: o mapeamento das instituições que porventura poderiam tornar-se parceiras do museu e do planetário, levando seu público para realizar visitas nesses espaços; a construção de uma cartilha para a equipe do MGeo com orientações sobre algumas deficiências, denominada “Aprendendo a lidar com a diversidade”; e a criação e adaptação dos jogos utilizados na ação educativa do museu e do planetário (GARCIA; FERREIRA; DORNELES, 2015).

A organização de eventos, oficinas e capacitações em conjunto é outro importante fruto dessa parceria. O curso “Aprendendo a lidar com a diversidade” foi realizado em 04 de agosto de 2015,

com carga total de 8 horas. O objetivo desse curso foi discutir a acessibilidade em museus e centros culturais, capacitando o público-alvo em acessibilidade atitudinal para recepção e atendimento com qualidade de pessoas com deficiências em museus e espaços culturais. Teve como público-alvo diferentes profissionais de instituições escolares municipais, estaduais e federais com educação especial, movimentos sociais, ONGs, grupos comunitários que atuam pela inclusão social da pessoa com deficiência, profissionais de museus, centros culturais e alunos de graduação e pós-graduação em geral. Foram disponibilizadas 50 vagas, sendo todas preenchidas, com 38 concluintes. Fizeram parte da equipe de execução 13 pessoas, sendo 3 docentes do curso de Terapia Ocupacional, da Faculdade de Medicina da UFRJ, 5 técnicos administrativos de nível superior do Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ), 3 discentes de cursos de graduação (Terapia Ocupacional) e 2 de pós-graduação (Especialização). O curso tentou reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, intencionou-se integrar alunos da graduação dos cursos de Terapia Ocupacional, Belas Artes, Comunicação Visual, Geologia, Geografia e BCMT com alunos do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, vinculando ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa, Ensino e Extensão, inaugurou-se possibilidades importantes na trajetória acadêmica desses estudantes, dos professores, técnicos e público externo envolvidos (CASTRO et al, 2013, 2014).

O curso se iniciou com uma sensibilização dos participantes através de dinâmicas e de uma visita guiada ao MGeo, onde cada um teve que simular uma deficiência para percorrer o espaço expositivo. Entre os temas teóricos da capacitação destacam-se “Políticas Culturais e Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural e “A importância da Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa”, ambos desenvolvidos pelos docentes do curso de Terapia Ocupacional da UFRJ. Incluiu-se nas atividades a apresentação da cartilha “Como lidar com a diversidade” e as atividades de mediação cultural, ambas desenvolvidas de forma integrada com os alunos de graduação e da residência cultural. O

curso “Aprendendo a lidar com a diversidade” faz parte das atividades permanentes de capacitação e sensibilização para a política de Acessibilidade Cultural do MGeo, bem como a cartilha, guia de acessibilidade do setor (CASTRO et al, 2013, 2014).

As residentes participaram como alunas do curso de especialização e, devido a sua carga horária maior, puderam experimentar na prática, ainda mais intensamente, os conhecimentos advindos das aulas e das disciplinas do que os demais alunos. Foi pioneira a iniciativa de residência cultural proporcionada pela experiência de formação do CEAC. As atividades práticas de capacitação e de mediação cultural para pessoas com deficiência desenvolvida pelas residentes em conjunto com a ação educativa do MGeo caracterizaram-se como atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão.

O MGeo é um museu universitário vinculado ao Instituto de Geociências da UFRJ, cuja temática principal envolve os elementos da geodiversidade tais como rochas, minerais e fósseis e a sua importância para a sociedade. Trata-se, portanto, de um museu de ciências. Esse aspecto é mais um diferencial desse trabalho. A maior parte dos trabalhos que se empenham em incluir a pessoa com deficiência ocorrem em museus e outros espaços relacionados à temática artística, sejam nas artes plásticas ou no teatro, pois nessas áreas é aceito se trabalhar com a sensibilidade e a emoção. É um desafio pensar a acessibilidade e a inclusão em museus científicos.

A parceria com o Departamento de Terapia Ocupacional da mesma universidade começou, de forma ainda embrionária, a partir da inserção de um técnico do museu como discente da primeira turma da especialização. Essa iniciativa proporcionou o primeiro contato entre as partes. Posteriormente, já no ano de 2014, o MGeo ofereceu bolsas de extensão para os discentes de graduação do curso de Terapia Ocupacional para atuarem no projeto de extensão “Um museu para todos: adaptação da Exposição Memórias da Terra para inclusão da pessoa com deficiência”, com orientação de ambas as partes. Dessa forma, foi possível começar um trabalho conjunto entre áreas tão distintas – museu, terapia ocupacional e geociências –, proporcionando uma intensa experiência de trocas, num processo multidisciplinar.

Em 2015, com a nova turma do Curso de Especialização, essa parceria intensificou-se, já que o MGeo foi o museu-escola dessa edição. Museu-escola é o local escolhido para ser o objeto de estudo da turma, onde são pensados e aplicados os conteúdos debatidos durante as aulas. Além disso, duas bolsas de residência, como já citado, atuaram diretamente na adaptação das atividades educativas e também na produção de novas atividades lúdicas e acessíveis voltadas para as geociências. Ao todo, as residentes desenvolveram 15 atividades educativas voltadas para crianças com deficiência intelectual, que foram incorporadas aos demais materiais do museu e são utilizadas em duas atividades cotidianas.

Os materiais produzidos pela turma da especialização também foram incorporados aos recursos das atividades de mediação cultural do MGeo. Dentre outras, cabe destacar a produção de um roteiro de audiodescrição, detalhando tanto o espaço expositivo quanto o seu acervo e maquetes táteis, reproduzindo em 3D imagens (2D) de antigos ambientes em que organismos já extintos viveram. Desta forma, as atividades extensionistas da ação educativa do MGeo foram qualificadas para manter a ação de Acessibilidade Cultural.

A oficina “Recursos Educativos Acessíveis em Museus” foi realizada no dia 02 de setembro de 2016, das 10 às 12h e das 14 às 16h, durante o IV Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural. A oficina teve como proposta experimentar os recursos educativos acessíveis produzidos no contexto do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural para o Museu da Geodiversidade. Compreender a importância do desenvolvimento de recursos acessíveis e adaptados ao público com deficiência é o objetivo fundamental da oficina, que contará com a participação das crianças e adolescentes acompanhados no ambulatório infantil do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, que utilizarão os recursos educativos acessíveis apresentados.

Outra oficina realizada foi a “Criação de Ferramentas Táteis para a Compreensão dos Processos Geológicos”, no dia 16 de março de 2017. O público-alvo foram os professores da rede pública de ensino e os alunos dos cursos da UFRJ. O objetivo dessa oficina foi elaborar ferramentas

pedagógicas acessíveis para ampliar o acesso ao conteúdo geocientífico. O método utilizado tem por base a percepção através das atividades sensoriais, possibilitando a difusão do conhecimento de forma lúdica e intuitiva através da cognição. Foram desenvolvidos dois mapas táteis. O primeiro foi um mapa tátil de projeção interrompida, em forma de globo terrestre, e o segundo, um mapa 2D, onde é possível explicar a Teoria da Deriva Continental e a Tectônica de Placas. Ambos os mapas foram confeccionados com materiais de baixo custo. O intuito foi fazer com que os alunos captassem informações e também as texturas dos materiais através de uma associação espontânea intuitiva. Com isso, pretendeu-se contribuir para ampliar o acesso à História da Terra de forma interativa e lúdica (CASTRO et al, 2015, 2016).

A proximidade do curso de Terapia Ocupacional tem auxiliado todo o trabalho de acessibilidade e inclusão que o MGeo tem desenvolvido nos últimos anos. Os conhecimentos adquiridos pelos alunos de Terapia Ocupacional têm contribuído fortemente para a produção dos materiais acessíveis, como as ferramentas táteis – com a reprodução de um globo terrestre e de mecanismos que representam a movimentação das placas tectônicas. Esses objetos produzidos auxiliam na compreensão de conceitos abstratos da área das geociências. Também foram produzidas cartilhas de sensibilização, livros em braille com o conteúdo da exposição, mapa tátil, dentre outras ações (CASTRO et al, 2015, 2016).

A partir do relato das atividades acima, percebe-se o impacto que a formação em nível de pós-graduação mobilizou na própria UFRJ, em nível de atividades extensionistas. A formação pautada na metodologia da implicação provoca novas ações culturais. A extensão universitária é entendida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, capaz de permitir a interação entre a universidade e a sociedade e propiciar a troca de saberes entre senso comum e científico (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS, 2012).

A universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução de problemas da sociedade, e deve promover uma relação reflexiva e ativa com o mundo circundante, não

abdicando de sua vocação de centro de criação, questionamento e crítica do mundo físico e social (MELLO; ALMEIDA FILHO; RIBEIRO, 2009).

O compromisso ético-político da universidade com aspectos relacionados à cidadania e emancipação dos sujeitos e coletividades é aspecto fundamental e, nesse sentido, a vivência extensionista revela-se estratégica na formação universitária, pois propicia experiências ampliadas aos graduandos. Nesta perspectiva é que a parceria interinstitucional da segunda edição do curso foi construída com a UFRGS, a partir da iniciativa desta instituição do curso de extensão em formato EAD em Acessibilidade em Ambientes Culturais, num total de 40h. A parceria com a UFRGS na realização do curso de extensão possibilitou a capacitação de 420 inscritos. Os alunos da especialização, inicialmente capacitados pela UFRGS, tornaram-se multiplicadores de uma em outra edição do curso, onde foram tutores e capacitaram novas pessoas. Registram-se na ocasião 1.600 candidatos em 3 dias de inscrições, resultado que expressou a falta de formação no Brasil e o crescente interesse pelo tema e pela possibilidade de capacitação. O curso em parceria com a UFRGS foi uma das iniciativas, mas ainda se destacaram a realização dos Encontros Nacionais de Acessibilidade Cultural (ENACs) e das Jornadas Científicas de Acessibilidade Cultural (JCACs). Na realização dos I, II, III e IV ENACs, atingimos cerca de 600 participantes interessados na pauta. Os temas das mesas-redondas do encontro ofereceram reflexões sobre políticas públicas, apresentaram experiências das mais diversas e o papel dos movimentos sociais na pauta, entre outros. Os ENACs têm mobilizado a participação de pessoas de outras cidades do país, já que o tema é ainda raro em muitas regiões. A II e IV edições do ENAC foram oferecidas fora do âmbito do curso. A JCAC caracterizou-se por ter sido a semana de apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos da especialização. Com o objetivo de difundir os conteúdos estudados, o formato da jornada foi o de apresentação pública com inscrições abertas aos interessados em geral. Nas duas edições da JCAC, realizadas em 2014 e 2016, atingimos cerca de 160 pessoas.

Em relação à pesquisa, destacamos a produção científica dos discentes. Atualmente, temos cerca

de 75 trabalhos de conclusão de curso que ficam disponíveis no site do mesmo para acesso geral dos interessados. Esta produção tem-se tornado referência bibliográfica importante para a área, já que a formação no Brasil é muito restrita, não havendo outro curso de pós-graduação específico com o tema da Acessibilidade Cultural. Registra-se que a pesquisa em políticas culturais é recente no País. As pesquisas dos discentes da especialização da UFRJ vêm fazendo a diferença e incluindo a temática nos poucos encontros, seminários e publicações sobre políticas culturais. Dois exemplos a destacar são o Seminário Internacional de Políticas Culturais da Casa Rui Barbosa (RJ) e o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (BA), os quais, a partir das demandas dos trabalhos dos alunos da especialização, já incluem Acessibilidade Cultural entre seus temas.

Junto com a segunda edição do projeto incorporamos o mapeamento em Acessibilidade Cultural nos Pontos de Cultura. Este trabalho de pesquisa tem possibilitado o fortalecimento do GT de Acessibilidade dos Pontos de Cultura e o fomento da pauta junto às redes de Pontos de Cultura do Programa Cultura Viva, onde todos foram atores-mobilizadores e pesquisadores. Registram-se na última edição do curso três trabalhos finais dedicados ao mapeamento.

Produção técnico-científica decorrente do curso de especialização

A formação profissional dos alunos foi diversificada, o que contribuiu para uma diversa produção científica. Havia nas duas edições profissionais de diferentes áreas: terapeutas ocupacionais, educadores físicos, pedagogos, professores, publicitários, jornalistas, museólogo, economista, advogado, fonoaudiólogo, assistente social (DORNELES; CARVALHO, 2016).

A diversidade tanto em relação à formação, à filiação institucional dos alunos, quanto a sua origem regional deu ao curso uma de suas características mais caras, que foi a de agregar e colocar em contato diferentes saberes, originários de diferentes formações (DORNELES; CARVALHO, 2016).

Os temas dos trabalhos finais das duas turmas foram diversos e em geral estiveram relacionados

às políticas culturais, discutindo a legislação pertinente ao campo da Cultura, bem como as metas do Plano Nacional de Cultura e o direito cultural; à acessibilidade nos Pontos de Cultura, que discutiram temas referentes aos Pontos de Cultura; à acessibilidade em equipamentos culturais, onde os trabalhos analisaram e discutiram a acessibilidade em museus, bibliotecas, espetáculos teatrais, feira literária e em um circuito cultural da cidade; à formação profissional, cujos trabalhos versaram sobre as experiências de acessibilidade no contexto de formação, por exemplo, a oferta de disciplina específica de Acessibilidade Cultural, assim como a dificuldade de se acolher deficientes em instituições de ensino superior; aos recursos de acessibilidade, em que a audiodescrição foi o recurso mais discutido nos trabalhos; e à acessibilidade no contexto da deficiência, em cujo grupo a deficiência visual foi a mais abordada nos temas dos trabalhos de conclusão das turmas. Outros temas foram: Capoeira e Síndrome de Down; um levantamento estatístico sobre os deficientes no Brasil; e a discussão epistemológica da acessibilidade.

Rede de articulação, fomento e formação em Acessibilidade Cultural

Ao iniciar a elaboração da primeira edição do curso de especialização, percebeu-se a dificuldade de mapear iniciativas tanto em ações educativas quanto de formação no Brasil. Mapeamos cerca de 50 iniciativas isoladas de ações de formação que envolvem parte da pauta em universidades públicas brasileiras, mas não uma formação integral como a especialização propõe. Para construirmos uma formação integral também foi necessário contar com outros pares que conosco compõem um caleidoscópio de perspectivas de formação no tema. Entre os parceiros estão a UFRGS, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Museu de Arte Moderna (MAM/SP), o Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade Cultural dos Pontos de Cultura, entre outros.

Na perspectiva de avançar com a implementação da pauta nas políticas públicas, percebeu-se que para além da formação em nível de pós, a especialização deveria ser um instrumento de mobilização e de fomento de uma rede que en-

volvesse articulação, fomento e formação. Assim, destacamos a participação de professores de outras universidades brasileiras como docentes do curso, bem como de instituições culturais que desenvolvem projetos de ponta na pauta, a realização do III Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais (SENAC), promovido pela UFRGS junto à realização do I e II ENACs, sendo este último realizado na cidade de Natal, em abril de 2014, no TEIA – Encontro Nacional do Programa Cultura Viva, o que nos levou não só à parceria com a UFRN, como também à descentralização da temática para aquela região. A parceria com a UFRN possibilitou o fortalecimento da temática na região. Com a mesma intenção, a parceria com a UFRGS na estratégia de formação e capacitação dos discentes da segunda turma da especialização como multiplicadores –monitores do Curso de extensão de 40h de Acessibilidade em Ambientes Culturais – fortaleceu nossa parceria institucional.

No que se refere às instituições parceiras, é importante destacar que a cada edição da especialização são oferecidas 05 vagas para os funcionários de carreira do MinC e para funcionários da UFRJ. A capacitação proporciona às instituições a qualificação na política de Acessibilidade Cultural, a qual devem implementar em suas instituições e vinculadas. A experiência didática do museu-escola, realizada na segunda edição com o MGeo, e as bolsas de residência cultural deixaram um legado à ação educativa, qualificando a possibilidade de implementação de ações culturais acessíveis no museu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos acima, verificou-se o impacto do projeto de pós-graduação da UFRJ na formação em Acessibilidade Cultural. Como um projeto na área cultural e com uma pauta ainda latente nas políticas culturais, avaliamos que a metodologia da implicação baseada nos princípios freirianos orientaram múltiplas ações culturais que contribuíram não apenas para a formação em Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência, mas também articularam redes de formação, de fomento e mobilização política e cultural.

Atualmente, o projeto vem se tornando, a partir desta dimensão primeira da experiência, um progra-

ma de formação. A rede de universidades parceiras e outros pares institucionais mantêm-se juntos para os novos caminhos da continuidade da formação. Mais especificamente na UFRJ, novos caminhos estão sendo trilhados e institucionalizados. Cabe destacar as disciplinas de Acessibilidade Cultural no curso de graduação em Terapia Ocupacional, bem como no curso de Gastronomia, com a disciplina Gastronomia Acessível. Atualmente, os 07 museus da instituição estão constituindo o Sistema Integrado de Acervos e Museus e Patrimônio (SIMAP). Em maio de 2017 foi constituído o GT

SIMAP Acessibilidade em forma de Câmara. Esta Câmara tem construído um programa integrado de Acessibilidade Cultural para os museus. A parceria entre o curso de Terapia Ocupacional e o MGeo vem sendo qualificada. Em um futuro próximo, a continuidade dos projetos de extensão e um programa de estágio possibilitarão aos graduandos de Terapia Ocupacional se qualificarem e contribuir com a política institucional de Acessibilidade Cultural, bem como na continuidade da defesa da cidadania cultural e dos direitos humanos das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; LIMA, Ricardo (Coord.). **Nada sobre nós sem nós**. Relatório final da Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro: ENSP/ FIOCRUZ, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006**. Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5761.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 186, de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. **Ministério da Cultura. Portaria nº 29**, de 21 de maio de 2009. Dispõe sobre a elaboração e gestão de editais de seleção pública para apoio a projetos culturais e para concessão de prêmios a iniciativas culturais no âmbito do Ministério da Cultura. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siX11QMnIPZ8/content/portaria-n%C2%BA-29-2009-minc/10937>. Acesso em: 01 ago. 2017.

_____. **Ministério da Cultura. Metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Ministério da Cultura. III Conferência Nacional de Cultura (CNC). Documento final da III Con-**

ferência Nacional de Cultura. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-3cnc/-/asset_publisher/QRV5ftQkjXuV/content/iii-cnc-define-64-diretrizes-para-gestao-cultural/10907?redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fnoticias-3cnc%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_QRV5ftQkjXuV%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_pos%3D4%26p_p_col_count%3D5>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CASTRO, Aline Rocha de Souza Ferreira. Et al. Ferramentas táteis para a compreensão dos processos geológicos no Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ). In: 7ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ, 2016, Rio de Janeiro. Anais da 7ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. p. 173-174. Disponível em: <http://www.siac.ufrj.br/images/sampled/Arquivos_PDF/Caderno_de_Resumos.pdf>. Acesso em: jun. 2017.

_____. Construindo ferramentas de acessibilidade para o Museu da Geodiversidade – cartilha sobre acessibilidade atitudinal e curso de extensão. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UFRJ, 12., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

_____. Primeiros passos para a adaptação da exposição Memórias da Terra para pessoas com deficiência: a produção de uma cartilha de acessibilidade atitudinal. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ, 11., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. p. 303.

_____. Os primeiros passos do Museu da Geodiversidade (IGEO/UFRJ) em direção ao museu inclusivo: a experiência com a exposição Memórias da Terra. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO DA UFRJ, 10., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 176-176.

DORNELES, Patrícia Silva; CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de. O curso de pós-graduação em acessibilidade cultural da UFRJ: breve estudo sobre seu papel na construção de uma política de formação, perfil dos discentes e suas contribuições de pesquisa e ação cultural na área. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, SP, v. 24. p. 176-183, 2016. Suplemento Especial.

FERREIRA, da Mariana de Souza Mello. Et al. A experiência da residência cultural como iniciativa para a atuação da Terapia Ocupacional em museus. In: OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de. Et al (Org.). **Acessibilidade cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais.** Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2016. p. 13-329.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR, 31., 2012. **Anais...** Manaus: FORPROEX, 2012.

GARCIA, Fernanda da Silva Ferreira; FERREIRA, Mariana de Souza Mello; DORNELES, Patrícia da Silva. Terapia Ocupacional no Museu da Geodiversidade: elaboração de materiais através de *softwares* gratuitos e adaptação de jogos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 14., 2015, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABRATO, 2015. p. 345-347.

MELLO, Alex Fiúza; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos Pesquisa e Educação**, v. 4 n. 3, p. 292-302, 2009.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Nova Iorque, 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/convention/conventionfull.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

Recebido: 01/08/2017

Aprovado: 18/11/2017